

RH - FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A PROCEDIMENTO CONCURSAL

1. Identificação do/a candidato/a

Nome completo _____

Data de nascimento _____ Sexo F ☐ M ☐ Nacionalidade _____

Doc. identificação _____ N.º _____ Validade _____ NIF _____

Morada _____

Código Postal _____ - _____ Localidade _____

Telefone/Telemóvel _____ E-mail _____ @ _____

2. Identificação do procedimento

Requer a V.Ex.^a, se digne admiti-lo/a ao seguinte Procedimento Concursal:

2.1. Publicitação do procedimento

Diário da República: Aviso n.º _____ / _____ Referência n.º _____ (se aplicável)

Bolsa de Emprego Público: Oferta n.º _____

2.2. Caracterização do posto de trabalho

Carreira _____ Se outra, indique qual. _____

Categoria _____ Se outra, indique qual. _____

Área de atividade _____

3. Requisitos de admissão

Declaro que reúno os requisitos* previstos no n.º 1 do artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho Sim ☐ Não ☐

* Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; 18 anos de idade completos; não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

4. Vínculo de emprego público

Titular de vínculo de emprego público Sim ☐ Não ☐

Em caso negativo, passe diretamente ao ponto 5. deste formulário.

Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

Nomeação:

- ☐ Definitiva
- ☐ Transitória

Contrato de trabalho em funções públicas:

- ☐ Tempo indeterminado
- ☐ Termo resolutivo

Outra: Qual? _____

Carreira e categoria de que é titular _____

Posição remuneratória que detém na presente data _____

Órgão ou serviço onde exerce funções _____

Atividade que executa: _____

5. Nível habilitacional

- | | |
|--|--|
| ☐ Menos de 4 anos de escolaridade | ☐ Bacharelato |
| ☐ 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico) | ☐ Licenciatura |
| ☐ 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico) | ☐ Pós-graduação |
| ☐ 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico) | ☐ Mestrado |
| ☐ 11.º ano | ☐ Doutoramento |
| ☐ 12.º ano (ensino secundário) | ☐ Curso de especialização tecnológica |
| ☐ Curso tecnológico/profissional/outros (nível III)* | |

* Nível III: Nível de qualificação da formação (com equivalência ao ensino secundário)

☐ Outro. Qual? _____

Identifique o curso e/ou área de formação:

6. Experiência profissional e funções exercidas

Indique as funções exercidas diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

Indique outras funções e atividades exercidas:

Funções	Data	
	Início	Fim

7. Formação profissional

Indique a formação profissional diretamente relacionada com o posto de trabalho a que se candidata:

Formação	Data	
	Início	Fim

8. Formação ou experiência profissional substitutiva do nível habilitacional exigido

No caso de a publicitação prever a possibilidade de candidatura sem o nível habilitacional exigido, indique a formação e/ou experiência profissionais necessárias e suficientes para a substituição daquela habilitação:

9. Necessidades especiais*

* A preencher pelo/a candidato/a deficiente, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% abrangido/a pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau e tipo de deficiência, bem como se necessita de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção:

10. Consentimento para notificações por correio eletrónico

Declaro que, no âmbito deste procedimento concursal, podem ser efetuadas notificações para o endereço de correio eletrónico acima indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 13 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, e do n.º 1 do artigo 63.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo.

Declaro que autorizo

Declaro que não autorizo

11. Declaração de veracidade*

* Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Declaro serem verdadeiros os factos constantes da candidatura

Lisboa, _____

Assinatura do/a candidato/a

Documentos anexos à candidatura:

- ☐ Curriculum Vitae.
- ☐ Comprovativo(s) do requisito habilitacional exigido.
- ☐ Comprovativo(s) de formação profissional. Quantidade _____
- ☐ Comprovativo(s) de experiência profissional. Quantidade _____
- ☐ Declaração a que se refere a subalínea ii) da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril - Declaração emitida pelo empregador público à qual o/a candidato/a pertence, comprovativa da titularidade e modalidade de vínculo de emprego público, quando exista, bem como da carreira, categoria e atividade executada e posição remuneratória detida.
- ☐ Outro(s). Indique qual(is):

INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nos termos do *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados*, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), informa-se o seguinte:

1. A Freguesia do Lumiar, através dos elementos do júri e de um número restrito de trabalhadores/as da área de Recursos Humanos, procede ao tratamento dos dados pessoais dos/as candidatos/as com a finalidade de gerir o processo de recrutamento, onde se inclui a análise dos requisitos de admissão e a aplicação dos métodos de seleção previstos no aviso de abertura, a publicitação das listagens legalmente exigíveis (candidatos admitidos e excluídos, aprovados e não aprovados nos métodos de seleção, ordenação final e respetivas audiências dos interessados), comunicações e notificações, fornecimento de acesso aos/às contrainteressados/as, nos limites legais, para efeitos de audiência dos interessados, impugnação administrativa ou judicial, bem como os procedimentos destinados a outras formas de satisfação de necessidades temporárias da Freguesia, sendo as referidas atividades apoiadas por uma base de dados digital da Freguesia.
2. Os dados pessoais recolhidos pelo presente formulário são tratados ao abrigo das obrigações jurídicas impostas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e pela Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, as quais decorrem do interesse público refletido no artigo 47.º, n.º 2, da Constituição de República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública; adicionalmente, o tratamento fundamenta-se ainda nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público [artigo 6.º, n.º 1, alíneas c), e) e b), do RGPD]. No caso dos dados de saúde relativos ao grau de incapacidade detido, o tratamento desses dados fundamenta-se no cumprimento de obrigações pelo responsável do tratamento [artigo 9.º, n.º 2, alínea b), do RGPD, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro]. São ainda recolhidos e registados dados pessoais emanados da tramitação das diversas fases do procedimento, conforme decorrente das finalidades descritas (verificação de requisitos de admissão e aprovação nos métodos de seleção), sendo que os dados relativos a eventual avaliação psicológica e exame médico estão sujeitos a especial sigilo e fundamentam-se no cumprimento de obrigações e na medicina preventiva e do trabalho, para a avaliação da capacidade de trabalho do empregado [artigo 9.º, n.º 2, alíneas b) e h), e n.º 3, do RGPD].
3. O não fornecimento dos dados pessoais tem as consequências previstas no aviso de abertura e na lei.
4. A Freguesia do Lumiar é a entidade responsável pelo tratamento de dados, como definido no RGPD. As comunicações para o exercício dos direitos atribuídos pelo Direito da União Europeia e nacional devem ser dirigidas à Junta de Freguesia do Lumiar, através dos contactos referidos no rodapé do presente documento.
5. Os dados pessoais são conservados pelo prazo de cinco anos contados desde a data de homologação da lista de classificação final ou listagem equivalente do processo de recrutamento, findo o qual são eliminados, salvo aqueles que respeitem a candidatos/as que tenham constituído vínculo de emprego público com a Freguesia, que serão conservados, nos termos e para efeitos de cumprimento das obrigações legais do responsável do tratamento.
6. Os dados recolhidos não são usados pela Freguesia do Lumiar para decisões automatizadas, nomeadamente não são tratados para a definição de perfis automatizados.
7. O/A titular dos dados pessoais, relativamente aos dados pessoais que lhe digam respeito, tem os seguintes direitos: [1] A exercer perante a Freguesia do Lumiar: direito de informação; direito de acesso; direito à retificação dos dados inexatos; direito de apagamento; direito à limitação do tratamento; direito à minimização dos dados; direito de se opor ao tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito à não sujeição a decisões individuais automatizadas; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado; direito de apresentar exposições. [2] A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação. [3] A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

Tomei conhecimento.

Lisboa, _____

O/A Candidato/a ao Procedimento Concursal para _____

(Assinatura)